



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

09 de abril 2015



Notícias do Dia

Deu a lógica da revogação

O encontro dos secretários Nelson Serpa (Casa Civil) e Eduardo Deschamps (Educação) com a maioria dos deputados das bancadas da base de apoio na Assembleia – realizado em duas partes, na manhã e tarde de ontem – foi decisivo para que o governo oficializasse o que era consenso entre os parlamentares: a revogação da MP 198, que modificava a contratação de professores em caráter temporário. Ausente em função das agendas do vice-presidente do Legislativo, Aldo Schneider, e do líder da bancada, Antônio Aguiar, em Brasília, os peemedebistas devem se reunir hoje com Serpa e Deschamps, mas a posição favorável à derrubada da MP já era de conhecimento do Centro Administrativo.

No fim da equação dos acontecimentos, nem o

governo nem o Sinte pode considerar vitória pelo desfecho. O grande protagonista do processo em relação à educação foi o parlamento catarinense.

Desde o início da discussão em torno da MP, deflagrada erroneamente ao mesmo tempo em que a Educação debatia com representantes dos professores o projeto da nova carreira do magistério, foram os deputados que avisaram que não votariam a favor da matéria. O passo definitivo, na Comissão de Constituição e Justiça, quando os governistas garantiram cinco dos sete votos para derrubar a medida, evidenciou a falta de uma sintonia fina entre Executivo e a base aliada no Legislativo.

Se sobreveio o bom senso do governo, com o recuo, depois que a greve foi decretada, que não

conseguiu grande adesão, faltou o convencimento dos parlamentares, a quem cabe deliberar. Outra necessária revisão está no movimento sindical que defende os interesses dos professores.

Não foi somente a paralisação que garantiu a derrubada da MP, muito menos duas manifestações violentas nas dependências da Assembleia, que dividem opiniões até na visão de integrantes do Sinte, mas, sim, a falta de habilidade do governo em esclarecer a sociedade e sua base governista. O correto, agora, é que o projeto do novo plano de carreira do magistério passe por amplo debate entre todas as partes interessadas, e que outro erro, mantê-lo, desta vez, somente na seara do Legislativo, seja evitado. Afinal, a descompactação da tabela salarial é a bandeira mais antiga da categoria.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Argumentos

Os deputados não quiseram pegar a bucha da MP, mas concordam que há distorções entre os professores da carreira e dos ACTs que precisam ser resolvidas. Uma das informações, a de que a nova fórmula de contratação dos temporários prevê a ampliação de 11 para 23 meses o período de incorporação, por exemplo, será revisada a diferença salarial entre os efetivos com maior titulação e mais tempo de magistério do que os ACTs, e ainda os regimes que separam, atualmente, estatutários de celetistas.

“Será inevitável o encaminhamento pela revogação.”

SÍLVIO DREVECK, LÍDER DO GOVERNO NA ASSEMBLEIA, EM TOM PREMONITÓRIO, HORAS ANTES DA DECISÃO DO GOVERNO DO ESTADO SOBRE A MP 198, DURANTE ENTREVISTA AO VIVO AO JORNAL DO MEIO-DIA, DA RIC TV RECORD DE FLORIANÓPOLIS.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Paulo Alceu	Data: 09/04/2015
Assunto: MP 198		Página: 27

Notícias do Dia

Carimbo

A MP 198 foi revogada. Como foram feitas contratações com base na Medida Provisória, atingindo 3.000 professores temporários, eles passarão a ser regidos pela legislação anterior à MP, e as eventuais diferenças salariais serão efetuadas agora em abril. E o anteprojeto retorna na semana que vem à Assembleia como projeto do magistério, entrando em tramitação.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Política	Data: 09/04/2015
Assunto: MP 198		Página: 08

Notícias do Dia

Medida provisória é revogada

Depois de uma noite acampados no hall da Alesc (Assembleia Legislativa de Santa Catarina), os professores tiveram, na tarde de ontem, a primeira vitória desde o início da greve da categoria, em 24 de março. A MP (Medida Provisória) 198, que tirava os ACTs (Admitidos em Caráter Temporário) do patamar salarial dos efetivos, foi revogada pelo governo do Estado. A possibilidade de retirada do documento já havia sido sinalizada na semana passada, depois que a MP foi rejeitada pela CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Casa. No entanto, para que deixasse de vigorar, ela teria que ser votada pelo plenário.

A maioria dos deputados, inclusive os da base aliada, havia indicado que votaria contra a proposta do governo. Ontem – depois de reuniões com líderes de bancadas governistas nas quais o anteprojeto do novo plano de carreira da educação foi apresentado –, a decisão de retirar a MP 198 foi confirmada. No entanto, por questões legais, para deixar de valer, ela precisa ser revogada por meio de outra Medida Provisória. Mais que retirar o documento, o governo recua na questão dos ACTs. A promessa é de que no novo plano de carreira, eles estejam contemplados com salários equivalentes aos professores efetivos. A decisão agradou aos profissionais, mas a greve da categoria continua por tempo indeterminado.

O anúncio foi feito pelo líder do governo na Alesc, deputado Silvio Dreveck (PP). “Diante de alguns debates com parlamentares, entidades de classe e professores, fomos buscando uma solução para o caso. Como a MP não está conseguindo tramitar, o governador comunicou que editará outra MP, revogando a que está nessa Casa”, resumiu em plenário. “Tem o mesmo efeito da retirada”, completou o presidente da Alesc, Gelson Merisio (PSD).



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Piso igual para ACTs e concursados

O líder do governo na Alesc, Sílvio Dreveck (PP), explicou o impacto da MP 198 e o anteprojeto do novo plano de carreira da educação, apresentado ontem a deputados da base. Sobre a MP, já havia contratos firmados durante o período em que foi editada. Segundo Dreveck, eles se tornam nulos com a revogação. O deputado garante que a nova medida provisória, que revoga a 198, não estabelece nada além de sua anulação.

A expectativa agora é em torno do novo plano de carreira. "Houve avanços. O piso salarial será igual para temporários e efetivos, contemplação dos professores com ensino médio e licenciatura curta. Mas os professores são contra a incorporação da regência de classe. Se a gente fizer tudo isso, acaba concurso e contrata só ACT", opinou o líder do governo. O principal ponto, para ele, é a descompactação salarial, que somente este ano teria impacto financeiro de R\$ 200 milhões. "E também a progressão vai acontecer todos os anos de acordo com o valor do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação). É uma coisa justa", defendeu. Explicou, porém, que não há como atender a todos os pedidos do Sinte. "Se aumentar o que eles querem, que é o 12% para todos, inviabiliza, porque não tem recursos", enfatizou.



IMPACTO

Descompactação da carreira
custará
R\$ 200 milhões
ao governo
neste ano



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Educadores querem conhecer novo projeto de lei

Mesmo com as decisões, a greve continua, de acordo com o coordenador estadual do Sinte-SC (Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina), Luiz Carlos Vieira. "A greve não é só pela MP", reforçou. Sobre a postura da Secretaria de Estado de Educação de negociar diretamente com os professores, e não com o

sindicato, é crítico. "É uma forma autoritária que desrespeita uma questão democrática", atacou.

Líder da oposição, Luciane Carminatti (PT) reconheceu o gesto do governo, mas cobrou diálogo. "Quero solicitar que o novo projeto seja discutido com os profissionais por meio do sindicato antes de dar entrada nesta Casa", pediu. Mas

isso não deve ocorrer. "Não posso responder pelo governo no sentido da negociação com o Sinte. A informação que eu tenho é de que será apresentado aos parlamentares e aos professores, que devem ser reunidos regionalmente. Depois ele virá formatado à Casa", explicou o líder, Sívio Dreveck. "Tem que haver boa vontade das duas partes", opinou.

Deputados da base cobram diálogo

Deputados convidados para reuniões realizadas ontem no Centro Administrativo com o secretário da Casa Civil, Nelson Serpa, e de Educação, Eduardo Deschamps, deram sugestões ao anteprojeto e cobraram que a proposta passe pelos professores antes de dar entrada na Alesc. "A ideia era que viesse na semana que vem, mas os deputados da base querem que seja levado antes aos professores, então começa tudo de novo", comentou o líder do governo, Sívio Dreveck (PP).

Jean Kuhlmann (PSD), líder da sigla, disse que há dúvidas, por isso a importância de análise dos profissionais da área. "Eles querem criar uma forma de descompactação que vá evoluindo nos próximos anos dentro das limitações financeiras da Educação. O secretário apresentou alguns estudos financeiros, mas não entrou em detalhes", comentou.

O governo sinaliza que ouvirá as sugestões dos deputados. Estava marcada para hoje uma webconferência com professores e uma entrevista coletiva à imprensa, nas quais o projeto seria apresentado. Os eventos foram adiados para que o material fosse revisto.

Há críticas também de quem não participou, como o deputado Rodrigo Minotto (PDT), líder do partido. "Não fui convidado, assim como não foram o DEM, o PR", pontuou. Na sessão de terça-feira, Minotto solicitou que Deschamps peça desculpas formais aos professores em virtude de suas palavras em uma webconferência, na qual cobra que diretores não sejam "pelego de sindicato". "Fico surpreso com a falta de resposta", cobrou o deputado. Na terça, o secretário afirmou que esperava uma manifestação oficial da Alesc para se posicionar sobre o assunto.

PROPOSTA EM FORMATAÇÃO

Equiparação salarial é uma das ideias

Pontos que serão contemplados no novo plano de carreira da educação pública estadual

- Piso igual para professores temporários e efetivos
- Contemplação dos professores com ensino médio e licenciatura curta no plano
- Progressão anual de acordo com valores do Fundeb
- Incorporação da regência de classe, criticada pelo Sinte, deve ser mantida
- Governo se compromete a apresentar o projeto de lei aos professores, mas não sinaliza negociação com o Sinte
- Concurso público na educação em 2016



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: A Notícia

Editoria: Notícias

Data: 09/04/2015

Assunto: MP 198

Página: 18

A NOTÍCIA

Unificação da base é prioridade

UPIARA BOSCHI

O governo estadual perdeu a queda de braço com a sua base aliada e terá de recomeçar toda a articulação para aprovar a nova política salarial dos professores. A retirada da medida provisória (MP) que desvinculava os profissionais temporários (ACTs) da carreira do magistério, ontem à tarde, coroou um processo que deixou clara a falta de diálogo entre o Centro Administrativo e parte dos partidos que o apoiam – especialmente o PMDB.

Essa reconstrução foi iniciada ainda ontem, aos trancos e barrancos. Os secretários Nelson Serpa (Casa Civil) e Eduardo Deschamps (Educação) receberam grupos de deputados em duas reuniões para explicar pontos do futuro plano de carreira do magistérios – com a promessa de

aumentos maiores para profissionais com mais tempo de serviço e titulação. Também estariam previstas demandas do Sinte, como a equivalência salarial entre ACTs e efetivos e a manutenção de faixas da carreira abaixo do nível superior. Uma terceira reunião, com deputados do PMDB, foi transferida para as 9 horas de hoje.

– Antes de ser encaminhado à Assembleia, será debatido com os deputados e os professores. Tivemos um resumo e, pelo que vi, só existem ganhos para os professores – afirma o líder do governo, Sílvio Dreveck (PP).

Ontem à noite, por meio de sua assessoria, Deschamps afirmou que o projeto não aporta no Legislativo enquanto o Sinte manter a greve da categoria. Ao mesmo tempo, o sindicato afirma que a paralisação permanece enquanto não tiver acesso ao anteprojeto.

O novo impasse deve garantir o tempo necessário para que o governo recomponha a base aliada.

Reação dos peemedebistas

Uma das maiores críticas dos parlamentares em relação à MP era a falta de diálogo antes da apresentação, feita às vésperas de uma viagem do governador Raimundo Colombo aos EUA e em meio às discussões entre Deschamps e o sindicato sobre o plano. A MP acabou insuflando parte da categoria para a greve iniciada em 24 de abril e deixou desconfortável a base aliada. Relator da proposta na Comissão de Constituição e Justiça, Mauro de Nadal (PMDB) apresentou parecer contrário. Na terça-feira, o partido declarou que a bancada toda votaria pela derrubada da MP.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Visor	Data: 09/04/2015
Assunto: Sinte		Página: 02

DIÁRIO CATARINENSE

FOGO AMIGO

Professores da regional de Curitibanos comunicaram que se o Sinte não se entender com o governo do estado e continuar lutando apenas pelos professores Aéis, em detrimento dos efetivos, vão se desfiliar do sindicato.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Moacir Pereira	Data: 09/04/2015
Assunto: MP 198		Página: 12

DIÁRIO CATARINENSE

MP 198: Vitória dos professores

A decisão do governador Raimundo Colombo (PSD) de revogar a Medida Provisória 198 representa a primeira vitória dos professores da rede estadual, em greve há 16 dias. E também, vitória política do PMDB e do PT, cujos deputados combateram a medida e a rejeitaram na Comissão de Justiça da Assembleia Legislativa com apoio de aliados do governador.

De fato, foi a MP 198 que acabou sendo um dos principais fatores determinantes da greve. Raimundo Colombo assinou a medida provisória no dia 9 de fevereiro, antes de viajar para os Estados Unidos. Surpreendeu os deputados da base aliada, que dela tiveram conhecimento pela imprensa. Foi considerada uma traição pelos dirigentes do Sinte, que negociavam a nova carreira com descompactação salarial com o secretário de Estado da

Educação Eduardo Deschamps

A greve não chega a ter a mesma consistência, extensão e repercussão da realizada em 2011. Mas criou fatos políticos que estão desgastando o governo. Deputados que integram a base aliada e estão descontentes com a atual gestão – por múltiplos motivos – encontraram no apoio aos professores e rejeição à MP 198 uma forma de protestar. E o que ocorre com o PMDB, que tem praticado atos de

rebeldia em relação a Colombo, porque perde espaços e reage contra as ações dos líderes estaduais do PSD.

A revogação da MP 198 é um gesto concreto do governo para distender o impasse político. A conferir o que fará o Sinte. Se suspender a greve, o secretário da Educação negociará o novo projeto, já aceito pelos deputados. Novos ajustes serão feitos para viabilizar a aprovação em plenário.

SEM ASSINATURA

O DEPUTADO MAURO DE NADAL (PMDB) DESTACOU EM SEU PARECER QUE A MEDIDA PROVISÓRIA 198 NÃO TINHA A ASSINATURA DO GOVERNADOR. A SECRETARIA DA CASA CIVIL ESCLARECEU QUE A PRAXE DE ANOS É DO GOVERNADOR ASSINAR O PROJETO DE LEI. A EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS É FIRMADA PELA AUTORIDADE DA ÁREA.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Sua Vida	Data: 09/04/2015
Assunto: Entrevista Ministro da Educação		Página: 26 e 27

DIÁRIO CATARINENSE

“EDUCAÇÃO BÁSICA TEM QUE SER PRIORIDADE NACIONAL”

Um telão na sala de reuniões colada ao gabinete do ministro exibe em letras e números gigantes as metas do Plano Nacional da Educação. No comando do Ministério da Educação desde a última segunda-feira, o filósofo Renato Janine Ribeiro não tira os olhos desses objetivos, diante da árdua missão de qualificar o ensino no país. Um dia depois da posse, o paulista de 65 anos almoçou com técnicos da pasta, analisando uma por uma as metas, da alfabetização na idade certa à qualificação de professores.

Janine Ribeiro assume o MEC depois da passagem do ex-governador do Ceará, Cid Gomes. Professor da USP, chega com o apoio da academia e tarefas urgentes. Reorganizar o acesso ao Fies e o repasse ao Pronatec, apesar dos cortes no orçamento, é uma delas. Ele, no entanto, escolhe o investimento no ensino básico como um dos seus principais desafios, envolvendo as universidades públicas nesta tarefa. Também não teme assuntos polêmicos: defende que alunos da universidade pública devolvam à sociedade, de alguma forma, o incentivo que receberam ao longo dos anos. Com a voz rouca de tantos discursos, o ministro concedeu a entrevista ao DC:



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

O senhor, como jornalista, escreveu bastante sobre ética. Agora, está ingressando num governo que atravessa uma crise ética. Como o senhor se sente em relação a isso?

Eu sempre fiz críticas éticas à política, mas eu discordo que o problema seja de governo ou do PT. A condenação deve ser contra a corrupção praticada por quem quer que seja, pelo partido A ou B. O que eu acho muito ruim na política brasileira é que há uma discussão que instrumentaliza a questão da corrupção para atacar aquele lado do qual se discorda, mas que não quer no fundo o fim da corrupção. Quando a corrupção favorece a pessoa que está reclamando, ela finge que não existe. E isso é um sinal de uma imaturidade muito grande na discussão política.

E o sistema de controle? Agora o senhor está assumindo uma pasta que tem muitos programas e muito dinheiro público. O senhor pensa em pedir um pente-fino?

Fazer um pente-fino é errado porque você tem que ter sistemas permanen-

tes de controle. Já existem sistemas de controle. Aí você está vendo (*aponta para o telão*) as 20 metas do Plano Nacional de Educação. Essas são as metas aprovadas no ano passado para serem atendidas até 2024, em 10 anos. Então, com essas metas você pode saber o que está sendo feito. Pode cruzar essas metas com as ações que existem, quanto foi despendido ou não. Pode então ter, eventualmente, alguém que faz uma prestação de contas primorosa, mas terminou o ano gastando mal. Do ponto de vista ético, eu não sei o que é pior, se é desviar o dinheiro ou não fazer aquilo que ele tem que fazer.

Uma das metas do PNE é a valorização dos professores. Quais os planos para incentivar o magistério?

Até 2020, o salário dos professores da educação básica, de Estados e municípios, deve chegar ao mesmo valor de quem teve a mesma escolaridade, chance absoluta para a carreira de professor ser atraente. Você faz quatro anos de Biologia, por exemplo, e quer ser professor de Biologia. Se você ganha 72,7%

do seu colega que está trabalhando em laboratório de análises químicas, por que você vai ser professor?

Há toda uma discussão envolvendo Estados e municípios a respeito da mudança da forma de cálculo do reajuste para os vencimentos do magistério, não mais pelo Fundeb, mas pela inflação. O senhor é a favor da mudança dessa forma de cálculo do piso dos professores?

Isso eu tenho que estudar para poder te responder. Essa negociação é muito difícil. É claro que um município ou Estado, para cumprir isso, tem que ter saúde financeira. Mas isso é uma coisa que ele tem que construir.

A União pode ajudar?

Eu não posso prometer recursos da União, não tenho delegação pra isso.

Por onde começa a qualificação da educação básica?

A educação básica tem que ser a prioridade nacional. A União não está autorizada constitucionalmente a



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

No que depender do senhor, muda mais alguma coisa nas regras do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies)? Há queixas sobre a restrição do acesso ao crédito.

Sou a favor das novas regras como ministro e como ser humano. Você não pode fazer com que dinheiro público seja utilizado por uma decisão que não tenha critérios de mérito e de justiça. Nós vamos conversar com, pelo menos, uma parte das universidades. Vamos ainda definir qual a ação tomar para conversar com quais instituições.

As escolas brasileiras viveram décadas se preparando para o vestibular, agora o foco está migrando para o Enem. O senhor concorda com o modelo que existe hoje do Enem?

Essas coisas todas sempre podem ser discutidas, alteradas. O Enem trouxe alguns avanços significativos. Serve para ver como foi o ensino médio, para dizer para a sociedade inteira onde o ensino médio está bom ou está ruim. Todos os alunos e suas famílias têm que saber se aquela escola vale a pena

ou não. Fora isso, também se criou esse papel de se tornar uma via de acesso à universidade, com grandes êxitos.

Em que pontos o Enem pode ser aprimorado?

Estou falando em tese: você tem todo um instrumento de avaliação que tem que mudar com muita frequência, porque chega uma hora que as pessoas trabalham o instrumento e não a realidade, o Enem se torna o fim em si. Você passa a ter colégio que prepara para Enem, cursinhos focado nisso.

O que acha da ideia do Enem online, defendida por Cid Gomes?

Estamos pensando um caminho para os treineiros (*alunos que fazem o Enem apenas para testar*).

São frequentes os casos de professores acuados pela violência de alunos e pais. O senhor vê solução?

Cultura de paz é uma meta. São duas coisas ligadas: ética e cultura de paz. Nós temos que ter mais discussão ética. Mas é uma coisa muito delicada, que



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

têm que ser feito com muito cuidado, não pode ser doutrinação. Tem que ser também um processo educacional. Doutrinar nunca é educar.

Mas pode passar por uma campanha do governo federal?

Vai ter que passar. Nós temos uma secretaria aqui, uma das seis secretarias do MEC, cujo objetivo é justamente reduzir a desigualdade social. E inclusão social não quer dizer só cotas, mas quer dizer acabar com todas as formas de preconceito e discriminação.

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa prevê crianças alfabetizadas até o terceiro ano do ensino fundamental. Oito anos não é uma idade elevada?

Olha, também não dá para colocar metas que você talvez não possa atingir. O que nós temos que fazer é conseguir essas conquistas gradualmente.

para eles isso, eles não sabem. Então o rapaz entra na faculdade pública, o pai fica feliz, com o dinheiro economizado compra um carro melhor, e o aluno termina o curso sem que tenham dito para ele isso, que a sociedade fez uma renúncia em favor dele.

O senhor acha que esse aluno tem que prestar um serviço social?

Pretendo colocar essa discussão. Mas não como imposição. Há questões em que o processo de discussão é muito mais rico do que uma medida.

Diante das restrições orçamentárias, o slogan Pátria Educadora não é exagerado?

Eu defendo o slogan. A palavra pátria já foi muito mal utilizada, empregada de forma autoritária. É importante recuperarmos para nós. Estamos lidando com as restrições orçamentárias. O que não der com economias vamos tentar adiar, mas não suprimir ações. Dá para passar por essa tormenta, não digo incólume, mas salvando o essencial.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

O Ciências Sem Fronteiras nasceu como uma proposta revolucionária, mas há críticas de que falta controle. Há quem chame o programa de Turismo Sem Fronteiras.

Isso tem até uma certa maldade. Todo o programa novo exige acompanhamento. É um desafio intelectual, você tem que bolar muito bem como se estrutura tudo. Às vezes, você solta muito para que as coisas se acomodem mais ou menos sozinhas e depois você observa se essa acomodação é boa ou não. Aí passa um dos problemas: como você controla mais? Como garantir que o estudante esteja realmente estudando, fazendo o que tem que fazer e, sobretudo, tendo uma responsabilidade social? Esses alunos estão tendo uma renúncia da sociedade brasileira em favor deles. Temos que passar para eles um senso de compromisso social, que muitas vezes falta.

E como vai ser feito isso?

Ah, não sei, tem que discutir. Entra no domínio da ética. Pelo menos o aluno de universidade pública, ele tem que ter muito claro que o ensino de qualidade que está tendo foi pago por outros. Aí bate um problema ético sério da sociedade brasileira: a privatização do diploma. Você cursa a universidade pública e encara o diploma como uma propriedade privada. Não deve nada a ninguém, não deve nada ao governo, nada à sociedade, à universidade, você se lixa. É horrível. Não estou dizendo que os estudantes são antiéticos. Só que não foi colocado

Há uma percepção que os notáveis que se tornam ministros, como Adib Jatene e Zico, acabam sendo engolidos pela máquina pública, não conseguem levar adiante seus projetos. Teme ser vítima dessa maldição?

Essa pergunta é tão pessoal. O que me incomoda mais é a estranheza de ter me tornado ministro. É uma coisa muito diferente. Sempre tive uma vida basicamente privada, exerci um cargo na Capes, foi um cargo de poder, mas não de nível ministerial. De repente você está lidando com coisas, você vê uma cena que não acredita que você está ali. Sou eu que estou aqui? (risos). É uma questão quase de que nova identidade você está assumindo.

Qual a marca que o senhor quer deixar da sua passagem pelo MEC?

A preocupação hoje é este ano. Estou entrando num momento de dificuldades orçamentárias, que vai exigir cuidados maiores. A meta do governo, do que eu possa fazer em um pouco menos de quatro anos, vai no sentido de melhorar a educação, em tudo o que for possível, garantindo a justiça social, que acho que é um dos grandes ganhos (dos governos Lula e Dilma). Sou muito exigente em termos de qualidade. Vamos continuar tendo educação regular, com diploma e tudo, mas temos que favorecer cada vez mais formas de educação em que as pessoas aprendam o que querem e como querem.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Blog Moacir Pereira	Editoria: Blog Moacir Pereira	Data: 09/04/2015
Assunto: MP 198		Página: Online



MP198: vitória dos professores

A decisão do governador Raimundo Colombo(PSD) de revogar a Medida Provisória 198 representa a primeira vitória dos professores da rede estadual em greve há 16 dias. E também, vitória política do PMDB e do PT, cujos deputados combateram a medida e a rejeitaram na Comissão de Justiça da Assembleia com apoio de aliados do governador.

De fato, foi a MP 198 que acabou sendo um dos principais fatores determinantes da greve. Raimundo Colombo assinou a medida provisória no dia 9 de fevereiro, antes de viajar para os Estados Unidos. Supreendeu os deputados da base aliada, que dela tiveram conhecimento pela imprensa. Foi considerada uma traição pelos dirigentes do Sinte, que negociavam a nova carreira com descompactação salarial com o secretário Eduardo Deschamps.

A greve não chega a ter a mesma consistência, extensão e repercussão realizada em 2011. Mas criou fatos políticos que estão desgastando o governo. Deputados que integram a base aliada e estão descontentes com a atual gestão – por múltiplos motivos – encontraram no apoio aos professores e rejeição à MP 198 uma forma de protestar. É o que ocorre com o PMDB, que tem praticado atos de rebeldia em relação a Colombo, porque perde espaços e reage contra as ações dos líderes estaduais do PSD.

A revogação da MP 198 é um gesto concreto do governo para distender o impasse político. A conferir o que fará o Sinte. Se suspender a greve, o secretário da Educação negociará o novo projeto, já aceito pelos deputados. Novos ajustes serão feitos para viabilizar a aprovação em plenário.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Blog Moacir Pereira	Editoria: Blog Moacir Pereira	Data: 09/04/2015
Assunto: Relato		Página: Online



Professora: "Por que estou em greve?"

"Senhores Responsáveis – Queridos Alunos

POR QUE ESTOU EM GREVE???????

Porque estamos cansados de ser desvalorizados, estudamos durante 20 anos de nossas vidas com proposito de sermos Professores com condições de exercermos nossa profissão e termos um salario digno com nossa carreira;

E o que acontece? Encontramos salas superlotadas, sem ventilação, barulho na reforma estrutural da escola que se perpetua por mais de dois anos, falta de segurança, falta de pessoas no apoio pedagógico, falta de bibliotecária, falta de materiais didáticos (ate mesmo folhas para xerox), alunos sem bebedouro, faço quase 100 km diariamente nesse transito caótico de Florianópolis, pois na primeira chamada do concurso público o governo escondeu as vagas (apareceram somente seis e eu fui a segunda a ser chamada) e tive que me efetivar tão longe e também terminei o ano de 2015 com 32 horas/aulas – 40hs em duas escolas e iniciamos o ano de 2015 perdemos turmas de alunos graças ao enxugamento do governo que aumentou o numero de alunos por sala que acarretou uma perda salarial de 20% de meu salario, isso vem nos desanimando diariamente nos levando a mobilização em busca de soluções para que possamos desenvolver nossas aulas com qualidade.

E então, mais uma vez o governo do Estado de SC tenta destruir a carreira docente; através de Medidas Provisória e Projetos de Leis retirando direitos adquiridos a décadas como regência de Classe, mudanças no plano de carreira e direitos dos professores contratados (ACT's) ;

Nossa carreira foi destruída. A lei não foi respeitada. Os/as trabalhadores/as da educação e a sociedade catarinense perderam e continuam perdendo. Os recursos para a educação continuaram sendo aplicados em outras áreas, com isso nossas escolas encontram-se em situação precária. Faltam materiais e recursos mínimos para o bom desempenho das aulas.

Nossa luta não é somente por garantia de nossos direitos, mas também por escolas de melhor qualidade com mais segurança, para que seus filhos possam frequentar com vontade para ter uma aprendizagem de excelência.

" Ao organizarem uma greve e reivindicarem por uma vida melhor, os professores estão ensinando o poder da mobilização, dando talvez uma das mais importantes aulas para seus alunos. Porque nem tudo o que se ensina está em sala de aula."
Professoras Santa Idelcy Mantelli."



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Blog Moacir Pereira	Editoria: Blog Moacir Pereira	Data: 09/04/2015
Assunto: MP 198	Página: Online	



Sinte comemora revogação da MP 198

Coordenador estadual do Sinte, professor Luiz Carlos Vieira, comemorou na sala de imprensa da Assembleia Legislativa o anúncio do deputado Silvio Dreveck, líder do governo, de que a Medida Provisória 198 iria ser revogada pelo governador.

- Foi uma importante vitória política do Sinte e dos professores, revelou fragilidade do governo, mostra que a greve existe no Estado e que o secretário da Educação não pode tratar os professores de forma autoritária - afirmou.

O Sinte vai avaliar o projeto do governo para se manifestar. A greve continua, disse Vieira.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Blog Moacir Pereira	Editoria: Blog Moacir Pereira	Data: 09/04/2015
Assunto: Concurso		Página: Online



Governo anuncia concurso público para professores

Durante reunião com os deputados do PP, para tratar da nova proposta salarial do magistério estadual, os secretários Nelson Serpa e Eduardo Deschamps anunciaram que o governo vai realizar concurso público para admitir professores com prazo de validade de 23 meses

A intenção seria a de reduzir o numero de professores ACTs.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Blog Moacir Pereira	Editoria: Blog Moacir Pereira	Data: 09/04/2015
Assunto: MP 198		Página: Online



Inédito: Medida Provisória 198 não tem assinatura do governador

A Medida Provisória 198, que provocou a greve dos professores da rede estadual de ensino, foi rejeitada na Comissão de Constituição e Justiça, a partir do parecer do relator, deputado Mauro Nadal, do PMDB.

O parlamentar apresentou como principal motivo da rejeição da admissibilidade a falta de urgência da matéria.

Em seu parecer, Nadal faz uma revelação incrível: a de que a Medida Provisória 198 não tem a assinatura do governador Raimundo Colombo.

Na página 8 do parecer o deputado Mauro Nadal escreveu:

"Aliás, a citada exposição de motivos (pretensamente) utilizada pelo autor Chefe do Poder Executivo como justificacão da medida provisória submetida à Assembleia, formalmente falando não lhe pode ser atribuída, porquanto não se aca pelo mesmo assinada, nem rubricada (apesar de recebida na 1ª Secretaria da Mesa, anexada a respectiva mensagem governamental encaminhadora da proposição)."



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: G1 Santa Catarina	Editoria: Educação	Data: 09/04/2015
Assunto: Protestos		Página: Online



SANTA CATARINA



Após 2ª noite na Alesc, professores devem deixar de dormir no local

*Decisão foi tomada pelo comando de greve do Sinte na quarta (8).
Na madrugada desta quinta-feira (9), grupo voltou a pernoitar no hall.*

Depois de duas noites dormindo no hall de entrada Assembleia Legislativa do Estado (Alesc) como forma de protesto contra a MP 198, professores devem deixar de pernoitar no local nesta quinta (9). Conforme o Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública de Ensino (Sinte), as manifestações continuam, mas em formas de ato público.

Até as 7h desta quinta-feira, conforme a equipe de segurança da Alesc, cerca de 40 manifestantes estavam no hall de entrada do prédio, dormindo em colchões. Já o presidente do Sinte, Luiz Carlos Vieira, afirma que 80 manifestantes estavam no saguão.

"Foi decidido pelo comando de greve na quarta pela retirada dos colegas a partir desta quinta. Mas continuaremos em busca dos nossos direitos", disse Vieira. Apesar da decisão de não dormir no local, eles continuarão acompanhando as votações da casa para acompanhar a revogação da medida provisória que muda a forma de remuneração de temporários.

Retirada da MP

O Governo de Santa Catarina disse na quarta que vai revogar a Medida Provisória 198/2015, que prevê mudanças na forma de remuneração dos professores temporários da rede estadual de ensino.

A MP estava na pauta de votação da Assembleia Legislativa de Santa Catarina desde o dia 3 de março, mas ainda não havia sido votada, "por falta de consenso, por parte da categoria e também entre os deputados", afirmou o líder do governo na Alesc, Sílvio Dreveck (PP).

Conforme o deputado estadual, a MP 198 foi retirada da pauta de votação na quarta. Segundo ele, por uma questão legal, o governo precisará editar uma nova medida provisória para revogar a primeira. O documento deve ser editado até esta sexta-feira e, depois, publicado no Diário Oficial do Estado.

Greve dos professores



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Os professores estaduais de Santa Catarina estão em greve desde o dia 24 de março, mas um mês antes, em 24 de fevereiro, começaram a fazer "vigílias" de algumas horas todas as terças-feiras na Alesc.

O objetivo era pressionar os deputados a retirarem a MP 198 da pauta das votações, conforme o Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública de Ensino do Estado de Santa Catarina (Sinte/SC). A primeira estava marcada para 3 de março, mas, desde então, a pauta vem sendo adiada.

"Os professores ACTs contratados durante a vigência da MP 198 passarão a ser regidos pela legislação em vigor antes da medida provisória. O pagamento das eventuais diferenças salariais decorrentes da revogação da MP 198 será feito ainda no mês de abril", garantiu o comunicado oficial.

Posição do Sinte

Marcus Alexandre Sodré, vice-coordenador do Sinte/SC, explica que o sindicato não havia sido informado oficialmente sobre a decisão do governo até por volta das 16h de quarta, quando "a expectativa é de que os deputados anunciem a decisão nesta sessão que irá começar".

Segundo ele, a atitude do governo vem ao encontro das reivindicações do setor, mas apenas com a reabertura das negociações a categoria poderá considerar o fim da greve dos professores. "A partir da negociação vai se discutir em assembleia, [se a categoria aceitará] as propostas".

Conforme o Sinte/SC, 30% dos aproximadamente 35 mil professores estaduais de Santa Catarina estão parados. Já a Secretaria de Estado da Educação informou que tem conhecimento de que apenas 10% do quadro aderiu à paralisação.

Reivindicações

A incorporação da gratificação de regência de classe também faz parte da pauta de reivindicações da categoria. Atualmente, este bônus é um percentual sobre o valor total do salário. A proposta do governo, conforme o Sinte/SC, é incorporar ao valor final do salário.

Para a categoria, esta mudança traria perdas financeiras aos docentes. Além disso, a gratificação por triênio que, hoje, é somada sobre o salário e a gratificação, seria aplicado somente sobre o valor final.

Outro ponto que a categoria pede é a retirada do nível de formação do ensino médio da tabela salarial. Sodré diz que esta seria a proposta do Governo de Santa Catarina. Para o Sinte/SC, esta situação faria com que o estado deixasse de ser obrigado a cumprir o piso nacional para a categoria, que é atualizado com base no ensino médio tabela salarial.

Além disso, os grevistas são contrários à criação de gratificação por produtividade. "A meritocracia por meio de produtividade é aplicada em empresas e nós produzimos conhecimento. Como vai ser possível mensurar o nível de criação de conhecimento por professor?", questiona o representante do Sinte/SC, Marcus Sodré.

De acordo com o Governo do Estado, serão concluídos projetos de lei que "tratam da descompactação da carreira do magistério". Depois de finalizados, eles serão enviados para votação na Assembleia Legislativa.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 09/04/2015
Assunto: Investimentos		Página: Online



DINHEIRO DO PETRÓLEO VAI POUCO PARA A EDUCAÇÃO

Fonte: Valor Econômico (SP)

Mesmo com a Petrobras tendo aumentado a sua produção no pré-sal para mais de 700 mil barris/dia, a área federal de Educação vem recebendo poucos recursos dos royalties e das participações especiais decorrentes dessa atividade. No ano passado, a Educação recebeu dinheiro do petróleo, basicamente, do Fundo Social. Mesmo assim, apenas R\$ 1 bilhão do dinheiro deste fundo foi utilizado para pagar despesas da área, segundo dados do SIAFI, o sistema eletrônico que registra todas as receitas e despesas da União.

Os gastos custeados pelo fundo representaram em torno de 1% das despesas totais pagas pelo Ministério da Educação no ano passado, de acordo com a assessoria de imprensa do órgão. A Agência Nacional do Petróleo (ANP) informa que, em 2014, transferiu R\$ 2,942 bilhões ao Fundo Social por conta dos royalties do petróleo e da participação especial. A lei 12.858/2013 determina que 50% dos recursos recebidos por este Fundo serão aplicados em Educação básica.

A lei 12.858 determina também que serão destinadas à Educação e à saúde, nos termos do regulamento, as receitas da administração direta da União provenientes dos royalties e da participação especial decorrentes de áreas cuja declaração de comercialidade tenha ocorrido a partir de 3 de dezembro de 2012, relativas a contratos celebrados sob os regimes de concessão, de cessão onerosa e de partilha de produção, quando a lavra ocorrer na plataforma continental, no mar territorial ou na zona econômica exclusiva. Mas essa transferência de recursos não está ocorrendo.

Liminar de Cármen Lúcia, do STF, reduz os recursos para a área

De acordo com dados da ANP, apenas R\$ 33,7 milhões foram repassados para a Educação e a saúde no ano passado. A razão disso é que uma liminar expedida pela ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), em março de 2013, suspendeu a distribuição de recursos dos royalties e participações especiais do pré-sal nos termos definidos na lei 12.858. A liminar atendeu a um pedido do governador do



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Rio de Janeiro, que ingressou com uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI 4917) contra a lei 12.858, pois considerou que ela prejudica seu Estado.

A distribuição voltou a ser feita na forma da legislação anterior e os recursos que deveriam ir para a Educação e saúde estão sendo direcionados a outros órgãos da administração federal, entre eles o Comando da Marinha e o Ministério da Ciência e Tecnologia. A liminar afetou também os recursos destinados ao Fundo Social, que ficou apenas com a parcela dos royalties que exceder a cinco por cento da produção, com a lavra ocorrendo em terra.

Não há previsão para que a liminar concedida por Cármen Lúcia seja apreciada pelo plenário do STF ou que os ministros julguem o mérito da ADI 4917. Enquanto a liminar for mantida, o aumento da produção da Petrobras no pré-sal não vai significar mais dinheiro para a Educação.

O mais interessante é que o planejamento orçamentário de cada ano, feito pelo governo federal, parte do pressuposto de que a liminar será derrubada. Em 2014, a proposta orçamentária encaminhada ao Congresso Nacional previa que todos os recursos que caberiam à União (R\$ 12,1 bilhões) seriam divididos igualmente entre o Fundo Social (R\$ 6,03 bilhões) e a Educação (R\$ 6,03 bilhões). Mas menos de R\$ 3 bilhões foram repassados ao Fundo Social no ano passado e R\$ 33,7 milhões para a Educação e saúde.

Em 2014, o Fundo Social custeou a concessão de bolsas de apoio à Educação básica, a implantação de Escolas para a Educação infantil e a implantação e adequação de estruturas esportivas Escolares, entre outros gastos, de acordo com levantamento no SIAFI feito para o Valor pela ONG Contas Abertas (veja tabela abaixo).

O mesmo procedimento foi adotado na elaboração da proposta orçamentária de 2015, que prevê R\$ 17,5 bilhões de recursos do petróleo para a União, sendo este total dividido igualmente entre o Fundo Social (R\$ 8,75 bilhões) e as despesas com Educação e saúde (R\$ 8,75 bilhões). Os parlamentares acabaram reduzindo os valores, quando discutiram e aprovaram a lei orçamentária. O Fundo Social ficou com R\$ 6,99 bilhões e outros R\$ 6,99 bilhões foram previstos para Educação e saúde.

Nos dois primeiros meses deste ano, a ANP já repassou R\$ 765,2 milhões (royalties e participação especial) para o Fundo Social e apenas R\$ 12,2 milhões para a Educação e a saúde. Se a liminar não for derrubada, o Ministério da Educação terá que refazer a sua programação orçamentária de 2015. Mas haverá uma diferença em relação ao ano passado, que foi de eleições gerais, quando os gastos federais com Educação não foram reduzidos, mesmo com a frustração da receita proveniente do petróleo. O governo central terminou registrando um déficit primário em 2014 de R\$ 20,4 bilhões. Neste ano, o objetivo é registrar um superávit primário do governo central de R\$ 55,3 bilhões. Assim, por causa do ajuste fiscal, o Ministério da Educação terá que cortar despesas, caso ocorra uma frustração da receita com o petróleo prevista no Orçamento.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 09/04/2015
Assunto: Investimentos		Página: Online



'A SOCIEDADE É QUE TEM DE DECIDIR SOBRE IMPOSTOS PARA A EDUCAÇÃO'

Para novo ministro, futuro será mais difícil e ações da pasta precisarão ser adiadas. Ensino básico terá prioridade

Fonte: O Estado de S. Paulo (SP)

Para o novo ministro da Educação, Professor Renato Janine Ribeiro, o Brasil vive um momento de “grande crença” no potencial do Ensino. Apesar disso, ele sabe que os desafios do setor são enormes e viabilizar suas metas, que incluem expandir o financiamento da Educação, não será fácil. “O aumento de verbas para a Educação será uma batalha de conscientização”, diz ele. “Vamos passar um tempo mais difícil e algumas ações precisarão ser adiadas.”

Relacionadas Enem online ou semestral não sai neste ano

Prestes a completar uma semana no cargo, ainda se debruça sobre detalhes do MEC. Nesta quarta-feira, 9, almoçou com dois ex-titulares da pasta - o prefeito Fernando Haddad (PT) e o atual diretor do BNDES, Henrique Paim - e com Luiz Cláudio Costa, que ficou interinamente no cargo neste ano e voltou para a chefia de gabinete. Na sequência, concedeu entrevista ao Estado.

O novo ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro, concede entrevista exclusiva ao Estado, em Brasília

No debate educacional, refuta-se a ideia de que o Professor seja um herói, um salvador. Em paralelo, o senhor, cuja nomeação foi bastante comemorada, teme ser visto como herói e seja essa a sua função no governo?

Fiquei muito contente com a repercussão favorável ao meu nome. Não esperava ser convidado e não esperava ter uma acolhida tão boa. Agora tenho um pouco de bom senso e não deixo a vaidade tomar conta. Uma coisa significativa é que a reação expressa a crença muito grande na Educação. Há muitos anos, a gente ouve o bordão de que a solução dos problemas do País estaria na Educação, mas até hoje não se teve uma visão muito clara disso. Agora parece que a sociedade quer isso para valer. Essa



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

satisfação com a nomeação veio das potencialidades da Educação e do que Educadores podem fazer.

Existia uma expectativa de que o MEC fosse usado como moeda de troca política. Agora, o que mais demonstra que a sociedade quer um avanço?

Há políticos que são excelentes gestores, de Educação inclusive. Temos um médico que foi um bom ministro da Fazenda, o caso do (Antônio) Palocci, e um economista que foi um bom ministro da Saúde, o (José) Serra. Depende muito de como se consegue mobilizar a sociedade. O que é bom é que a sociedade quer se mobilizar. E essa tarefa não é só do MEC. É da sociedade. Junte essa reação favorável da sociedade, da mídia, com uma disposição da presidente de priorizar tudo isso com o slogan "Pátria Educadora". O único ponto complicado neste momento é a necessidade de fazer ajustes orçamentários.

Este será um ano perdido?

De jeito nenhum. Não vai ser tão fácil, mas todo sistema de crescimento tem uma hora que você para e ajusta. Vamos tentar aproveitar este ano para fazer o máximo disso. Precisamos diminuir custos. Também precisamos saber da dimensão do ajuste fiscal, sem isso não dá (para saber o real impacto). A gente sabe que tem de colaborar com ajustes na economia. O que nos protege é que já temos estudos para conseguir reduzir despesas que podem ser reduzidas. Vamos passar um tempo mais difícil e algumas ações precisarão ser adiadas. Embora a própria presidente tenha assegurado que os programas essenciais, como ampliação da Educação infantil, serão mantidos. Já temos no Brasil uma visão sistêmica da Educação, com ações de transporte e merenda concatenadas. Quando você concatena todas as ações tem a possibilidade de fazer coisas sustentáveis. E depois, temos todo um roteiro pronto, que é o Plano Nacional de Educação (PNE), que define as prioridades.

Setores da sociedade estão preparados para que o dinheiro saia de algum lugar e vá para Educação para se atender os 10% do PIB no setor e financiar as ações do PNE?

Isso vai ser uma batalha longa de conscientização. Vamos ter de conscientizar as pessoas de que o dinheiro da Educação é um dos melhores gastos existentes. Há no País um descontentamento grande com a carga tributária. Isso está engessando os gestores, tanto na União quanto nos Estados e nos municípios.

Aumentar imposto para Educação é opção?

A sociedade é que tem de escolher o que quer. Se ela quer bons Professores, tem de escolher. Hoje tem a convicção de muita gente de que o dinheiro público é mal gerido. Então o que podemos fazer é ter absoluta transparência, mostrando o êxito de ações. A gente vai oferecer cada vez mais é essa relação custo-benefício. A sociedade tem de perceber quando o uso do dinheiro na Educação é bom para perceber o que ela quer fazer do dinheiro. Mas a este ministério não cabe fazer essa proposta (de aumentar impostos).



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

A Educação básica será a prioridade desse governo?

É a prioridade porque é o que vai durar mais tempo. Quando você forma uma criança hoje, de 3 anos, ela vai chegar até 2100, então é algo muito importante. Mas eu insisto em um ponto: essas questões são éticas, não são de puro interesse. Temos um dever com os cidadãos vulneráveis, fragilizados, que não tiveram a Educação de qualidade que nós tivemos e as vantagens competitivas de que desfrutamos. Temos um dever em relação a eles.

O lema "Pátria Educadora" não é arriscado do ponto de vista de efetivação?

O lema é uma ênfase, não é promessa de entrega de serviços. Ênfase que espera, sim, que em quatro anos haja um avanço na Educação. Mas a Educação é vagarosa para reagir. Mexer com a cabeça das pessoas é lento.

No momento, Professores da rede estadual de São Paulo estão em greve e Docentes federais já iniciam campanha salarial. Será possível conversar sobre valorização Docente neste ano?

Será necessário conversar. Conversar sempre. A qualidade dos Professores depende de muitas coisas, mas precisa ter valorização salarial. Isso está muito colocado na meta 17 do PNE. Porque o PNE é quase a Constituição da Educação, é a Constituição do nosso futuro. A meta 17 diz que devemos ter até 2020 os salários dos Professores da rede básica equiparados a pessoas da mesma Escolaridade. É um salto de quase 40%, não é pequeno. Pedimos grandes esforços para os entes federativos. Mas é absolutamente necessário fazer isso. Não se pode desvalorizar quem escolhe a docência. Tem de ter mais dinheiro e mais qualificação, valorizar o Professor na sala de aula. E isso tem de ser medido e valorizado pelo seu desempenho educando seus Alunos. Precisamos reconhecer o bom Professor.

Como medir bom desempenho do Professor?

A métrica mais simples é pelo desempenho dos Alunos, do que eles aprenderam. Não é perfeita, mas é a mais simples. Pode-se desenvolver métricas mais sofisticadas, mas o importante não é o resultado, mas o espírito da coisa. Tem de deixar claro que lecionar e formar gente é relevante.

Acredita em bonificação?

É bom ter valorização salarial quando o Professor é bom. Mas é claro que tem de ter também uma valorização ética, uma satisfação. O Professor tem de voltar a ser referência na sua cidade.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 09/04/2015
Assunto: Investimentos		Página: Online



CUBA É ÚNICO LATINO-AMERICANO A ATINGIR METAS DE EDUCAÇÃO, DIZ UNESCO

Brasil cumpre apenas 2 de 6 metas mundiais para a Educação, diz Unesco. Apenas um a cada três países do mundo atingiu a totalidade dos objetivos

Fonte: G1

Um indicador preocupante: em 15 anos, o Brasil só conseguiu cumprir duas das seis metas da Unesco na área de educação. O levantamento avaliou a situação em 164 países. Há muitos desafios a enfrentar, o principal é a qualidade do ensino.

É um retrato difícil, mas o governo está brigando com os números usados pela Unesco. O Ministério da Educação diz que não concorda com a metodologia usada no relatório da Unesco. Foi o único país da América Latina a discordar. Entre os compromissos não cumpridos estão a redução do número de adultos analfabetos e a melhoria da qualidade de ensino.

Como o Ailton da Conceição tem vários pelo país: “Na verdade eu tinha terminando a oitava série, e parei. Fiquei dois anos, voltei, fiz o primeiro, parei”, conta o atendente.

Aos 24 anos ele retomou os estudos. Cleonice dos Santos Souza, de 46 anos, também. Os dois juram que agora vão terminar. “Parei de estudar porque tinha que trabalhar e não estava conseguindo conciliar as duas coisas”, lembra a estudante.

O relatório da Unesco mostra que, de fato, 3 milhões de alunos, do ano 2000 para cá, voltaram para a escola. Mas aponta que a educação é deficiente e as taxas de abandono altas.

Segundo a Unesco, a profissionalização no Ensino Médio seria uma saída para manter jovens e adultos estudando. Estava dentro da meta a ser atingida.

O professor de uma escola de Brasília também acha que seria o caminho, hoje, muito distante. “A gente não tem nem estrutura física nem verba para implementar ou realizar esta almejada profissionalização”, ressalta Jaime Colares Filho.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

O Brasil também não conseguiu cumprir a meta de redução da quantidade de adultos analfabetos. Hoje, segundo dados mais recentes, 8,7% dessa população não consegue nem ler nem escrever.

Para o especialista Daniel Cara, isso é muito grave. “Hoje a gente tem cerca de 13 milhões de brasileiros que são analfabetos. É um número altíssimo, mesmo para a região latino-americana, e algo que o governo precisa tratar como uma agenda central. Os governos brasileiros há muitos anos colocam educação de jovens e adultos como uma pauta de segunda categoria”, analisa.

É o que pensa também a Unesco, que vê ainda problemas na primeira infância. Faltam por exemplo creches no país. A Unesco reconhece que o Brasil avançou, só que não atingiu o compromisso de melhorar a qualidade. Proporcionou escola do primeiro ao quinto ano do ensino fundamental com praticamente a mesma quantidade de meninas e meninos matriculados, mas com professores muitas vezes despreparados.

Do total de seis metas, segundo a Unesco, o Brasil cumpriu só duas nesses últimos 15 anos.

Para o governo o importante é que houve melhora. “O país teve um despertar tardio para a educação. Então agora, por mais que a gente corra, sempre há algo a atingir”, ressalta o presidente do Inep, Chico Soares.

Só não é possível comparar com outros países. A Unesco fez um ranking para medir os avanços, mas o Brasil não entrou. A explicação é que o Ministério da Educação não concorda com a metodologia usada no relatório, discordância que não houve em nenhum país da América Latina.

Para a Unesco, a educação no mundo todo tem que ter mais dinheiro. Mas o Brasil precisa mais do que tudo, de uma boa gestão dos recursos. “A gente tem que planejar melhor para aplicar melhor os recursos, evitar desperdícios, estabelecer prioridades e poder alocar os recursos onde são mais necessários”, completa a coordenadora de Educação da Unesco no Brasil, Rebeca Otelo.

Em maio, os 164 países voltam a se reunir, na Coreia, para rediscutir novas metas e pensar em novos desafios até 2030. Até lá tem muito o que se fazer na pátria educadora.

Calendário – OBMEP 2015

23 de fevereiro	Abertura das inscrições (exclusivamente em www.obmep.org.br)
31 de março	Encerramento das inscrições
2 de junho Terça-feira	Provas da 1ª Fase
12 de junho	Data-limite para as escolas enviarem os cartões-resposta dos alunos classificados para 2ª Fase
12 de agosto	Divulgação dos classificados para a 2ª Fase e do local de realização das provas
12 de agosto a 11 de setembro	Período para as escolas indicarem, na página da OBMEP, os professores dos alunos classificados para a 2ª Fase
12 de setembro Sábado, 14:30 h (horário de Brasília)	Provas da 2ª Fase
27 de novembro	Divulgação dos premiados